



CRIMES HEDIONDOS

18ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Crimes Hediondos

18ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

SUMÁRIO

Capítulo I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. Previsão constitucional e suas implicações
3. Sistemas (ou critérios) de classificação dos crimes hediondos
5. Consumação e tentativa

Capítulo II - ROL DOS CRIMES HEDIONDOS

Seção I - Crimes contra a pessoa

Subseção I - Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio

1. Homicídio simples
2. Crime hediondo condicionado
3. Milícia privada
4. Conceito de grupo de extermínio
5. Impessoalidade
6. Número de vítimas e de crimes
7. Competência

Subseção II - Homicídio qualificado

1. Exclusão do homicídio culposo
2. Inclusão de novas qualificadoras
3. O homicídio qualificado-privilegiado é crime hediondo?
4. Competência

Subseção III - Lesão corporal funcional

1. Criação das figuras
2. Crime hediondo condicionado
3. Parentesco
4. Lesão corporal simples

Subseção IV - Feminicídio

Subseção V - Vicaricídio

Subseção VI - Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação circunstanciada

Subseção VII - Sequestro e cárcere privado qualificado

Subseção VIII - Tráfico de pessoas contra criança ou adolescente

Seção II - Crimes contra o patrimônio

Subseção I - Roubo circunstanciado e qualificado

1. Evolução legislativa

2. Nomen juris

3. Figuras circunstanciadas hediondas

4. Figuras qualificadas hediondas

4.1 Roubo qualificado pela lesão corporal grave (art. 157, §3º, I, CP)

4.2 Roubo qualificado pela morte (art. 157, §3º, II, CP)

Subseção II - Extorsão qualificada

1. Evolução legislativa

2. Lex gravior

Subseção III - Extorsão mediante sequestro

Subseção IV - Furto qualificado

1. Criação da qualificadora

2. Figura hedionda

Seção III - Crimes contra a dignidade sexual

Subseção I - Estupro

Subseção II - Estupro de vulnerável

Subseção III - Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável

Seção IV - Crimes contra a saúde pública

Subseção I - Epidemia com resultado morte

Subseção II - Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais

1. "Falsificação" de cosméticos e saneantes – crime hediondo

3. Inconstitucionalidade da pena do art. 273, §1º-B, V, do CP

Seção V - Outros crimes hediondos

Subseção I - Genocídio

1. Conceito de genocídio

2. Previsão em Diplomas Internacionais

3. Objetividade jurídica

4. Modalidades típicas

Subseção II - Posse e porte de arma de fogo de uso proibido

1. Evolução legislativa

2. Esclarecimentos iniciais

3. Lei 13.497/2017

4. Lei 13.964/2019

Subseção III - Comércio ilegal de arma de fogo

Subseção IV - Tráfico internacional de arma de fogo

Subseção V - Organização criminosa

1. Gerações da legislação de combate ao crime organizado no Brasil

2. Figura hedionda

Subseção VI - Crimes militares

Subseção VII - Crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente

Subseção VIII - Domínio social estruturado e favorecimento ao domínio social estruturado

Capítulo III - CRIMES EQUIPARADOS A HEDIONDOS

Seção I - Tortura

Seção II - Tráfico ilícito de drogas

1. Ajuste terminológico

2. Identificação das figuras equiparadas a crimes hediondos

3. Tráfico privilegiado

Seção III - Terrorismo

Capítulo IV - DISPOSIÇÕES PENAIS E PROCESSUAIS

Seção I - Benefícios vedados

2. Vedação à fiança

3. Liberdade provisória – evolução legislativa e jurisprudencial

4. Outros benefícios

5. Inelegibilidade

6. Coleta de perfil genético

7. Prioridade no julgamento

Seção II - Cumprimento da pena e a questão da progressão de regime

1. Evolução legislativa e jurisprudencial

2. Requisitos para a progressão de regime

Seção III - Direito de apelar em liberdade

Seção IV - Prisão temporária

1. Prazo diferenciado

2. Ampliação do rol dos crimes que admitem a prisão temporária

Seção V - Presídios Federais

1. Criação de Presídios Federais

2. Quem pode ser custodiado?

3. A quem compete a execução da pena?

Seção VI - Livramento condicional

1. Contextualização

2. Requisitos legais

3. Vedação ao livramento condicional

3.1 Genérica

3.2 Específica

Seção VII - Colaboração com a justiça

Subseção I - Delação eficaz

1. Benefício legal
2. Direito subjetivo e personalíssimo do delator
3. Critério para a redução da pena

Subseção II - Traição benéfica

1. Ajuste terminológico
2. Condição para a concessão do benefício
3. Direito subjetivo e personalíssimo do delator

Seção VIII - Apenamento agravado para a associação

1. Forma especial de associação criminosa
2. Concurso material de crimes
3. Extorsão mediante sequestro qualificada
4. Associação para o tráfico
5. Associação para o Genocídio

Seção IX - Causas de aumento de pena

1. Dispositivo sem aplicação
2. Reflexos intertemporais

Seção X - Prazo em dobro para os procedimentos referentes ao tráfico de drogas